

A discussão do antiurbanismo no Brasil colonial¹

Ralfo Matos
Professor Associado do Departamento de Geografia - IGC/UFGM

Resumo

Esse ensaio discute o *antiurbanismo* no Brasil colonial com base em opiniões, nem sempre convergentes, de clássicos da literatura como Sérgio Buarque de Holanda, Celso Furtado, Goulart Reis Filho e Gilbert Freyre contrapostas a novas ideias sobre o significado de assentamentos densos no passado pré-industrial. Para tanto, valoriza-se o poder colonial, a atividade comercial e a população moradora em núcleos de povoamento precários, mas que articulavam territorialmente a rede urbana que se esboçava.

Abstract:

This essay discusses the anti-urbanism in colonial Brazil based on opinions, not always convergent, of literature classics as Sérgio Buarque de Holanda, Celso Furtado, Goulart Reis Filho and Gilberto Freyre, against new ideas about the meaning of dense settlements in pre-industrial past. For this, it is valued the colonial power, the commercial activity and the population residing in precarious nucleous, who articulated territorially the urban network that was being sketched.

Recebido 09/2011
Aprovado 11/2011

ralfo@ufmg.br

Palavras-chave: Brasil colonial, antiurbanismo, rede de Cidades

Key-words: *colonial Brazil; anti-urbanism; cities network*

¹ Trabalho apoiado pelo CNPq e que contou com a prestimosa colaboração do bolsista de Iniciação Científica Matheus Henrique Valle.

A formação de territórios densos no início da colonização até fins do século XVII

As cidades são exemplos de territórios demograficamente densos. Esses assentamentos ocupam pequenas superfícies territoriais e por milhares de anos agregavam expressiva quantidade de moradores fixos, mas estavam preparados para receber muito mais pessoas nos momentos festivos, nas atividades de compra e venda, nos cultos, ou na defesa contra ameaças externas. As maiores cidades do passado eram populosas, mas com a emergência das sociedades urbano-industriais as densidades aumentaram vertiginosamente. E isso torna muito difícil a comparação de cidades antigas e novas do ponto de vista dos números que poderiam expressar diferentes padrões de densidade.

O que se defende aqui é um ponto de vista teórico resultante de um debate com autores clássicos, como Sérgio Buarque de Holanda, Celso Furtado, Caio Prado Junior, Goulart Reis Filho, Gilberto Freyre, com base em novas contribuições que vêm surgindo nas últimas décadas. A ideia é que no Brasil colonial havia assentamentos humanos densos que poderiam ser pensados como integrantes de um protourbanismo nem sempre provisório. Os mais significativos estavam postados em pontos estratégicos do território entre os caminhos por terra e água: nas enseadas portuárias, baías, lagoas e cabos do Atlântico que permitiam a navegação de cabotagem e a função de controle do território; em áreas similares de rios navegáveis das grandes bacias; nos caminhos antigos muito percorridos e nos novos instituídos pelo rei (como o Caminho Velho, o Caminho Novo, ou os Caminhos da Bahia). Assim, esses núcleos de ocupação constituíram o fundamento básico para o surgimento de uma incipiente rede urbana que marcaria definitivamente o espaço brasileiro posteriormente, embora a perenidade desses lugares só pudesse ser assegurada pela presença de moradores em número expressivo, estabelecimentos comerciais e instalações permanentes de governo. Com isso surge uma série de perguntas embaraçosas e de difícil resposta. Eram territórios densos com vocação urbana similar aos que surgiram no passado de Europa e Ásia? Ou mantinham uma idiossincrasia dada pela condição tropical, que poderia passar a impressão de provisoriedade, mesmo que experimentassem crescimento lento ao longo dos séculos? Gozavam de autonomia, como tantas “pequenas” cidades da Europa feudal, eram dominados pelos senhores de terras ou viviam certa intermitência dada pelas oscilações econômicas e pela capacidade de ocupação do colonizador? Acreditamos que muitos desses assentamentos eram pequenas cidades, como a maioria das cidades do mundo. Possuíam autonomia relativa variável com o maior ou menor exercício de poder do Estado em cada tempo histórico, o que poderia ocasionar o semi-abandono de vários núcleos, daí a noção de protourbanismo: nucleações precárias com poucos prédios públicos e ralo ordenamento legal e jurídico, mas detentoras de determinado nível de circulação de pessoas e mercadorias, circulação suportada por atividades extrativistas (mineral e vegetal), localização geográfica estratégica, expansão demográfica (lenta) e existência de proprietários rurais na hinterlândia circundante.

Enfim, convém ressaltar que durante o tempo histórico aqui explorado, no próprio continente europeu a vida urbana era incipiente. A grande maioria da população vivia em áreas rurais e isso só se alterou de fato a partir da 1ª Guerra Mundial, a despeito da excepcionalidade do processo de urbanização na Inglaterra, Holanda, Itália e outros espaços da península eurasiática. Assim, falar em cidades no Brasil colonial é focalizar territórios densos de pequeno tamanho, mas distantes, muito distantes das grandes densidades das sociedades urbano-industriais do século XX.

No Brasil, foram poucas as *vilas e cidades* erigidas nos 150 primeiros anos da colonização. A maioria não possuía as densidades demográficas de Salvador, Recife e Rio de Janeiro. Contudo, não convém minimizar a importância dessas localidades para a Coroa e habitantes.

Vários autores já analisaram o sucesso limitado e a desorganização do instituto das Capitânicas Hereditárias, por causa da prioridade portuguesa no comércio com a Índia e falta de recursos financeiros para ocupar um vasto território. Os donatários, a despeito da autonomia que gozavam – inclusive podendo desenvolver esforços voltados à urbanização² – eram vistos pela administração colonial como instrumento de alocação de recursos financeiros na ocupação do território por meio de estabelecimentos produtivos do tipo “*plantations*”.

Entre 1532 e 1615, apenas 10 vilas e cidades foram criadas dentre os 37 núcleos de povoaamentos estabelecidos, boa parte deles por iniciativa dos donatários e colonos, alguns fadados ao abandono e esquecimento com o passar do tempo. Há ainda discussões sobre o alcance modesto das Capitânicas Hereditárias. Mas é difícil discordar de sua repercussão econômica no futuro do Brasil, apesar de um começo incerto e duvidoso³.

A fundação da cidade de Salvador, em 1549, passou a ser uma necessidade econômica e geopolítica com a criação do Governo Geral. Tal como a segunda cidade brasileira, o Rio de Janeiro, instituída em 1567. A proximidade das duas datas indica a urgência em estabelecer o mínimo de controle sobre o vasto trecho litorâneo que separava os territórios ultramarinos de Portugal e Espanha. Vigilância, controle de recursos e de circulação de pessoas, tributação e centralização administrativa sempre foram questões irredutíveis para Coroa. E isso só podia ocorrer em espaços geográficos menores, com algum equipamento e população fiel ao rei. Sobre esses quesitos, Manuel da Nóbrega, ao tempo da fundação do Rio de Janeiro, deixa evidente sua função estritamente estratégica, associada à defesa da costa brasileira contra piratas e corsários franceses. A fundação de feitorias como as de Itamaracá, Santa Cruz e Cabo Frio tinham o mesmo propósito.

No século XVI, alguns núcleos coloniais de importância começaram a se destacar, a exemplo das vilas de Igarapé (1535) e Olinda (1537), além de Itamaracá, Vila de Nossa Senhora da Conceição, Recife e Goiana, essa última fora do litoral. A capitania de Pernambuco se desenvolvia mais que as outras em decorrência do pioneirismo de sua economia açucareira. E isso explica a instalação de vários núcleos de povoamento além dos já citados, tais como as vilas de Sirinhaém (1614), Porto Calvo (1615), Alagoas (1624) e Penedo na foz do São Francisco (Andrade, 1995, p. 35).

Sem a importância das vilas de Pernambuco e Bahia, outros núcleos de povoamento surgiram quando os portugueses procuravam assenhorear-se efetivamente do Brasil, vários deles gozando do status de vila, a exemplo de São Vicente (1532), Santos (1543), Santo André da Borda do Campo (1553), São Paulo do Piratininga (1554), Vitória (1551), além de Porto Seguro e Santa Cruz (1535). Eram em sua maioria povoados precários, frequentemente acossados por ataques indígenas, não contando com boas condições de defesa e portos estáveis, o que dificultava a perenização dos assentamentos. Embora os índios fossem um problema para os planos da Metrópole, com o passar do tempo e a vinda de mais colonos ficou selado o destino dos nativos mediante três processos de eliminação étnica: guerras de extermínio, doenças e miscigenação. Esse terceiro processo dá origem aos numerosos “mamelucos” como ensina Ribeiro (1995) e começa a atender a uma das “pré-condições” observadas por Manuel Nobrega para o êxito da ocupação: mais importante que soldados é a população se fixando nos territórios.

² A política metropolitana procurava utilizar ao máximo os recursos de particulares na fixação de europeus nas novas terras. Com isso, “visava alcançar não apenas sua ocupação, mas também a urbanização, como solução mais eficaz de colonização e domínio. A Coroa procurava deixar aos donatários as principais tarefas de urbanização, outorgando-lhes o poder de criação de vilas de acordo com o que vinha declarado nas cartas de doação.” (REIS FILHO, 1968, p. 61).

³ As dificuldades de implantação dessa política foram muitas. Mas resultaram na produção do açúcar, mercadoria de exportação que articulava Europa, América e África. Naquela época “nenhum produto agrícola era objeto de comércio em grande escala dentro da Europa. O principal produto da terra – o trigo – dispunha de abundantes fontes de abastecimento dentro do continente. Os fretes eram de tal forma elevados – em razão da insegurança dos transportes a grandes distâncias – que somente os produtos manufaturados e as chamadas especiarias do Oriente podiam comportá-los. Demais, era fácil imaginar os enormes custos que não teria de enfrentar uma empresa agrícola nas distantes terras da América.” (FURTADO, 1986, p. 7).

Sabiam os portugueses, desde fins do século XVI, do valor de sua colônia no Atlântico diante de suas possessões na África e Ásia e dos crescentes custos que a Carreira das Índias vinha representando (PESTANA, 2004). A Coroa já obtivera ganhos razoáveis com a agroindústria canvieira e estava atenta a expansão do mercado europeu, embora a derrota para a Espanha em 1580 iria pôr um freio às ambições de Portugal.

A força dos potentados rurais do açúcar já vinha se manifestando e iria arraigar-se na Zona da Mata nordestina e em toda região, mesmo no período da dominação holandesa. Assim, não há como negar que os povoados e vilas que surgiam no Brasil setentrional eram tributários da economia açucareira, e isso exponenciava o poder dos senhores de engenho. Mas, a medida que os núcleos de povoamento mais densos se expandiam, diversificava-se a economia e surgiam grupos sociais que acumulavam poder não rural, por meio do comércio de maior porte e da participação na administração colonial. O poder do Estado, das magistraturas e do executivo, frequentemente estavam sincronizados com o poder dos fazendeiros, mas nem sempre. Ademais, em momentos de complexidade econômica, conflitos poderiam empoderar grupos dedicados ao comércio e à finança, atividades típicas da vida urbana.

Contudo, no período em que Portugal se submeteu à União Ibérica (1580-1640), após a queda da velha dinastia da Casa de Avis, uma série de dificuldades minava o combalido território luso-espanhol dos *Felipes*, engolfado em sucessivos conflitos, guerras e queda de preços da prata na Europa. Por determinação do rei de Espanha e Portugal, com o fito de destruir a França Equinocial, houve alguma continuidade na ocupação de pontos estratégicos do Brasil. Serve de exemplo, a expulsão dos franceses em 1615 da cidade de São Luis por eles fundada em 1612. Em 1616, como resultado da retomada de São Luis, dá-se a fundação de Belém por Francisco Caldeira de Castelo Branco.

Esses núcleos de povoamento predominantemente no Norte/Nordeste, gradativamente iriam estabelecer conexões por terra e esboçar uma rede urbana, à medida que aumentava o número de edificações, prédios públicos e habitantes fixos, a despeito de a grande maioria da população residir ou perambular pelos matos, fazendas, pousos e cabanas do imenso e rarefeito interior sertanejo da Colônia. O esforço de ocupação colonial requeria gastos públicos e individuais, em sintonia com os desígnios do reino, que, por sua vez, se debatia com dificuldades de toda a sorte. No século XVII, não bastasse os infortúnios atrelados à sujeição a Espanha, houve o grande dispêndio de recursos para expulsar os holandeses, firmemente instalados em Pernambuco de onde controlavam quase todo o nordeste açucareiro desde 1630⁴. Só foram derrotados definitivamente em 1654 com a ajuda da Inglaterra e dos brasileiros do sertão.

Por todo esse período, o Estado português cambaleava e se mantinha de pé a duras penas. Assim, a tese dos superpoderes da oligarquia fundiária soa irrefutável, como tantos historiadores⁵ pontificaram. Iniciativas a favor do “*territorial-urbano*” ocorreram, mesmo que viessem a ser submetidas ao poder agro-fundiário. Entretanto, um pouco antes do domínio holandês, entre 1580 e 1654, sob Felipe III, convém observar que o Maranhão, o Pará e a Paraíba foram alvo de ocupação territorial consistente com a fundação de dezenas de núcleos de povoamento apoiados por redes comerciais, pela expansão da burocracia administrativa e por ligações permanentes entre as localidades, de sul a norte, apesar da precariedade dos caminhos. (BUENO, 2002, p. 85). A urbanização posta em prática no tempo do domínio holandês, quando os donos de engenho

⁴ Nesse período, os holandeses contribuíram para a forte expansão da produção e do consumo de açúcar na Europa. Conhecedores do comércio de longa distância, instalaram a maior praça financeira da nova economia-mundo (como ensina Fernand Braudel) e eram de fato o “único povo que dispunha de organização comercial para criar um mercado de grandes dimensões para um produto praticamente novo, como era o açúcar.” Sendo assim, pode-se indagar sobre o que ocorria com a poderosa Espanha de então? Tal como observa Hobsbawm ao descrever o colapso em que mergulhara o Império Espanhol, Furtado já havia escrito sobre a armadilha que o enorme afluxo de metais preciosos deflagrou na estrutura econômica que a Corte inadvertidamente punha em marcha. “O poder econômico do estado cresceu desmesuradamente e o enorme aumento no fluxo de renda gerado pelos gastos públicos – ou por gastos privados subsidiados pelo governo – provocou uma crônica inflação que se traduziu em déficit na balança comercial”. (FURTADO, 1986, p. 11-14).

⁵ Sérgio Buarque, em seu clássico de 1936, minimiza a importância da vida urbana. É “efetivamente nas propriedades rústicas que toda vida da colônia se concentra durante os séculos iniciais da ocupação europeia: as cidades são (...) simples dependências delas. Com pouco de exagero pode se dizer que tal situação não se modificou essencialmente até à Abolição. 1888 representa o marco divisório entre duas épocas; em nossa evolução nacional, essa data assume significado singular e incomparável”. (HOLANDA, 1978, p. 73).

continuavam poderosos, indica que isso só foi possível em face do grande peso que as estruturas de dominação do Estado holandês teve que instalar no Brasil. Assim, a suposta irrelevância dos núcleos urbanos no Brasil colonial requer novos olhares mesmo que não fossem iguais os processos de colonização de portugueses e holandeses.

A questão que se discute aqui é que estruturas burocráticas de Estado requerem assentamentos duráveis nas áreas conquistadas, sob o risco de perdê-los para potências inimigas. Mesmo Portugal, combalido financeiramente, tratou de construir aparatos administrativos e de defesa, instalações de estímulo ao comércio interno e de cabotagem, fatores que costumam exigir o desenvolvimento de localidades de maior densidade demográfica: vilas e cidades. Assim, o decantado brilho da Recife do tempo de Maurício de Nassau obedecia a lógica acima exposta. A cidade, tida como antítese do ruralismo ibérico, era cosmopolita, instável, geradora de antagonismos prematuros entre o rural e o urbano, entre comerciantes e fazendeiros, como admite Sérgio Buarque de Holanda (1978, p. 63) em *Raízes do Brasil*. A rede urbana que se instalava no Nordeste ultrapassava o que Gilberto Freyre (2003) entendia como breves suspiros de modernidade incrustados no mundo arcaico do grande latifúndio. É evidente que os casos dignos de nota fazem parte de processos incipientes de uma urbanização precária, distinta do padrão europeu, mas que dava origem a núcleos de povoamento estratégicos para a Metrópole e para os moradores que nelas residiam. Buarque de Holanda chega a admitir episodicamente a existência desses núcleos urbanos⁶.

De todo o modo, as narrativas clássicas de Holanda, Freyre, Furtado, Prado Júnior e outros, deixam evidente que a vida rural e a rotina agrícola em sua essência patrimonialista mantiveram-se intocadas. O território mal fora arranhado, seja pelos ataques de piratas e corsários, seja pela dominação espanhola ou pela aventura holandesa associada a urbanização. Acrescentaríamos, para aprofundar a indiscutível importância da economia rural, que o regime da grande fazenda monocultora, perfeitamente adaptado ao mercantismo da época, reproduziu-se em toda a América, com as mesmas técnicas produtivas e mesmas formas de organização do trabalho, em meio a freqüentes abusos perpetrados sobre a mão de obra escrava. (Salles e Grinberg, 2009). Contudo, ainda assim havia algo de sólido na incipiente urbanização que a colonização punha em marcha.

Após a expulsão dos holandeses a situação periclitante de Portugal o compelia a explorar a sua grande colônia ao máximo, sobretudo na direção da busca de metais preciosos, já que o preço internacional do açúcar naufragava: à época da ocupação, os holandeses dominaram a produção, comercialização e aprimoramento da agroindústria açucareira. No Caribe implantaram uma indústria que suplantou a brasileira com vantagens insuperáveis.

Diante da crise da economia açucareira, surgia a necessidade de investimentos na agroindústria, no momento em que faltam recursos para a aquisição de escravos. Com isso, comerciantes estabelecidos nas maiores cidades, juntamente com os judeus – os “cristãos-novos” até então tolerados pelo clericalismo português – iriam enriquecer e fazer a mediação entre a compra e venda de africanos, mas a custo do endividamento dos latifundiários⁷. Esse tipo de relação que se mantém por décadas, mescla os interesses dos comerciantes com o da agroindústria, mas sofre um baque considerável nas primeiras décadas do século XVIII, com expulsão dos judeus em razão da fúria inquisitória do governo longo e perdulário de d. João V.

De toda a sorte, essas atividades vieram impedir o desmantelamento das economias urbanas do Nordeste, uma vez que o comércio transatlântico exigia a conservação de portos, armazéns e

⁶ O autor vê como excepcional a autonomia que gozavam Olinda e Recife no Brasil colonial, mas admite a existência de outras “cidades [que] continuavam simples e pobres, dependentes dos domínios rurais”. (HOLANDA, 1978, p. 63). A questão aqui levantada é que esses assentamentos foram bem mais importantes que a princípio se faz crer.

⁷ Um exemplo a favor das forças do comércio em confronto com a poderosa e supostamente imbatível oligarquia rural nordestina ocorreu em Pernambuco. O enriquecimento dos comerciantes em Recife é nexa explicativo da guerra dos mascates em 1710, momento em que olindenses (representados pela oligarquia açucareira endividada) e recifenses (representados por comerciantes e por uma protoburguesia luso-brasileira) entram em confronto em decorrência do status de vila concedido a Recife a contragosto da elite olindense. Contando com o apoio do novo governador Félix José Machado, Olinda foi derrotada em 1711, tendo vários membros da elite executados e deportados. O apaziguamento dos ânimos só se resolveu com a anistia em 1714. (Cf. BUENO, 2003, p.133).

estradas, influía na navegação de cabotagem, nos prédios e estabelecimentos comerciais, além de propiciar o aumento do erário⁸. A urbanização que se desenvolvia era lenta, pouco coesa, litorânea, o que deu origem a velha caricatura do “*Brasil carangueiro*”, mas fora importante nas capitais e em algumas dezenas de cidades menores.

A despeito das críticas de vários historiadores à falta de consistência das políticas territoriais da Coroa, era irredutível o objetivo do Estado: instituir formas de controle direto sobre os núcleos de povoamento, o que implicava em presença de assentamentos urbanos, especialmente nos períodos de declínio da agricultura de exportação, momento em que a busca por metais preciosos tornava-se mais imperiosa.

Para Nestor Goulart os 150 primeiros anos de colonização portuguesa teriam deixado como legado urbano três características:

1. Em uma primeira fase, entre 1532 e 1550, eram os donatários das capitanias os principais responsáveis pela criação de vilas e núcleos de povoamento.
2. Desde então, com a fundação de Salvador e Rio de Janeiro, o Governo Geral assume a tarefa de criação de cidades e vilas, conforme o interesse da Metrópole, tornando-as centros de controle regional.
3. A partir de meados do século XVII, a política da Metrópole retoma seus direitos sobre as capitanias, e ordena a criação de vilas instituindo a urbanização como meio de centralização do poder. É do interesse da Coroa reunir a população dispersa pelo sertão, a fim de formar novas vilas, como meio de exercer o controle sobre a população e o território. (REIS, 1968, p. 61.)

A primeira rede urbana da Colônia teria experimentado dois momentos marcantes até o fim da União Ibérica. Inicialmente, a partir de 1532 até 1560, foram fundadas 31 vilas e seis cidades: 37 núcleos subordinados a administração portuguesa. Um segundo momento (em que foram criadas 14 cidades e vilas em 60 anos) inicia-se a partir da fundação de Filipéia em 1585, já sob a dominação espanhola, seguida da fundação de uma vila e três cidades até 1620. Posteriormente, entre 1630 e 1640, nove outras vilas foram fundadas⁹.

Apesar das dificuldades da monarquia portuguesa, Andrade (1995, p. 41) não deixa dúvidas sobre a visão geopolítica da administração colonial nos dois primeiros séculos, sem a qual seria difícil garantir o controle de um enorme território na ausência de recursos financeiros e demográficos significativos, armamentos e tropas treinadas. Os portugueses souberam conciliar os propósitos de Estado e a colaboração financeira de judeus e de grupos econômicos ligados ao comércio, exploraram as condições naturais do território, as enseadas portuárias, a desembocadura de rios navegáveis, vastos espaços da franja litorânea setentrional, grandes vales de penetração, como os dos rios São Francisco, Paraguaçu, Parnaíba, Jaguaribe, Capibaribe, Tocantins, Amazonas, entre outros¹⁰.

Em fins do século XVII, a obsessão da Coroa em encontrar metais preciosos obteve êxito. 37 anos depois da saída dos holandeses surgem os primeiros descobertos no Alto Velhas¹¹, embora a exploração mais intensa só tenha se iniciado em 1698. Com o volume do ouro de aluvião encontrado em centenas de córregos e ribeirões na região entre Ouro Preto e Sabará, a desorganização, o contrabando, as disputas que se seguiram à corrida do ouro exigiram a presença das autoridades coloniais na região, em momento de grande crescimento populacional, crises de

⁸ Freyre destaca esse momento, apesar de ignorar os comerciantes brasileiros que vinham se enriquecendo com a construção de estaleiros e financiamento do tráfico negreiro. Diz ele: “Com esses intermediários, talvez em grande número judeus, parece ter iniciado a riqueza das cidades coloniais no Brasil. A capacidade de diferenciação que revelaram esses burgos, crescendo de simples pontos de armazenagem e embarque dos produtos da terra, em populações autônomas, com os senhores de sobrados falando grosso e forte para os das casas-grandes do interior” (FREYRE, 2003, p.113.).

⁹ Nesse período, ao final da dominação espanhola, a urbanização avança do Maranhão até Belém do Pará. “O exame da distribuição espacial dos produtos dessa segunda etapa de urbanização nos leva a perceber a existência de um lento e regular crescimento das áreas já urbanizadas anteriormente e a existência de uma urbanização sistemática na costa norte, em direção a Amazônia”. (REIS FILHO, 1968, pp.80-81).

¹⁰ Outros assentamentos densos surgiram no século XVII e prosperaram até o século seguinte, mas praticamente desapareceram porque estavam circunscritos apenas ao poder eclesiástico, não contavam com a presença forte do Estado, tampouco da oligarquia fundiária ou de grandes comerciantes. As reduções jesuíticas chegaram a florescer como aldeamentos densos povoados por índios catequizados que formaram os Sete Povos das Missões nas bacias do Paraná e Paraguai. Lamentavelmente, boa parte dessas reduções foram massacradas e desmanteladas pelos bandeirantes paulistas. São Borja, entretanto, nunca deixou de ser habitada, e tornou-se uma cidade importante na história política brasileira. Alguns dos nomes desses aldeamentos, mais tarde, passaram a denominar vários municípios existentes na região.

¹¹ O rei de Portugal d. Pedro II, informado de que os paulistas já sabiam onde havia ouro no sertão remoto

fome e conflitos. Tudo isso repercutiu na desarticulação da produção açucareira nordestina, em decorrência da enorme demanda de escravos africanos e dos reflexos sobre o preço dos cativos. A partir de então o foco da economia colonial desloca-se para sul.

As grandes mudanças do século XVIII e a urbanização

O ouro fez debelar a crise financeira portuguesa instaurando atividades econômicas não vinculadas às oligarquias rurais, em meio ao advento repentino de milhares de aventureiros em busca de riqueza supostamente de fácil obtenção. Até a Guerra dos Emboabas, entre 1708/1709¹², episódio decisivo na constituição oficial dos territórios das “minas”, em poucos anos os seguintes eventos devem ser sublinhados:

- a) os bandeirantes, descobridores dos primeiros achados procuraram se assenhorear das lavras, acompanhados por um exército formado por milhares de índios escravos. A rota dos paulistas para a chegada às minas não durava menos de 40 dias e fazia-se pelo Caminho Velho, até atingir São João Del Rei, Mariana e Ouro Preto. Daí, pelos vales da região podia se chegar a Sabará e Caeté. Em 1699, a mando da Coroa, inicia-se a abertura do *Caminho Novo*, a fim de articular as minas ao Rio de Janeiro e reduzir significativamente o tempo de viagem em relação ao *Caminho Velho* (Costa, 2005);
- b) milhares de pessoas chegaram à região. Muitos morreram pelas crises de fome e precariedade de todo tipo. A quantidade de escravos utilizados nas lavras tornou-se crescente e a urbanização impôs-se como forma de ocupação territorial. Dada a abundância de ouro e seu uso como meio de troca, aumentam as frentes de mercadores, inicia-se a formação do mercado inter-regional e torna-se urgente a resolução da provisão de gêneros alimentícios, preferencialmente na própria região;
- c) com a profusão das áreas de catação e a grande quantidade de novos imigrantes homens procedentes do Nordeste e de Portugal, os conflitos com os paulistas, que se apresentavam como donos das lavras, aumentaram. Isso resultou na guerra dos Emboabas, vencida pelos nordestinos e portugueses apoiados pela Coroa. O rei impõe sua autoridade mais efetivamente sobre a conturbada região, instituindo a divisão da Capitania e um controle mais atuante sobre os caminhos e povoados nas áreas de mineração. Ver LIMA JUNIOR (1978, p. 35-38) e BARBOSA (1971, p. 28).

O pernambucano Gilberto Freyre, profundo conhecedor da história do Nordeste, é também um dos pioneiros a tratar da questão urbana no Brasil em seu clássico *Sobrados e Mucambos*, embora aborde superficialmente a urbanização das Minas do ouro, já que sua narrativa concentra-se mais no século XIX. Sobre as primeiras décadas do Setecentos, o autor destaca a singularidade urbana da região (inclusive em relação a Recife e Olinda do tempo dos holandeses), o sentimento de independência, a atração comercial, os conflitos e a presença do que chama “autocratas” de sobrados:

Minas Gerais foi outra área colonial onde cedo se processou a diferenciação no sentido urbano (...). Da colonização por paulistas afoitos (...) resultaram as primeiras gerações, também afoitas e independentes, de magnatas do ouro e animadores de cidades que tiveram um caráter especialíssimo em nossa formação. Atraindo fornecedores de gêneros, intermediários de negócios, técnicos na manipulação de pedras preciosas e no fabrico de moeda falsa, mecânicos, artesãos (...) essas cidades parecem ter se dividido nos momentos

entre São Paulo e Bahia, altera a legislação mineral ao estimular os mineradores paulistas a declararem seus achados atribuindo-lhes a propriedade das lavras e títulos nobiliárquicos mediante o pagamento do quinto. Entre 1693 e 1695, provavelmente em decorrência dessa medida, o ouro de aluvião ganhou visibilidade. Entre os muitos autores que estudaram esse momento pode-se mencionar as obras de (ESCHWEGER, 1979) e (ANDRADE, 2008).

¹² Antonil (1982, p. 77) documenta parcialmente a corrida do ouro em 1711. A cada ano “vêm nas frotas quantidade de portugueses e de estrangeiros para as minas. Das cidades, vilas, recôncavos e sertões do Brasil vão brancos, pardos e pretos, e muitos índios, de que os paulistas se servem. A mistura é de toda a condição de pessoas: homens e mulheres, moços e velhos, pobres e ricos, nobres e plebeus, seculares e clérigos, e religiosos de diversos institutos”.

dramáticos em metades antagônicas. Mas de modo geral, dominaram os grandes magnatas das minas. Autocratas de sobrados, ou de casas nobres, levantadas dentro das cidades e envolvendo as casas menores nas suas sombras. (FREYRE, 2003, p. 110).

Nas décadas seguintes, a despeito do aumento da presença da Igreja e de autoridades governamentais, os conflitos não cessaram e abrangiam tanto os sertões do São Francisco quanto os próprios núcleos urbanos, onde riqueza e pobreza conviviam lado a lado e a lei se impunha a duras penas. Surgia, de fato, uma nova experiência civilizacional profundamente distinta da nordestina. A riqueza nova perdurou por muitas décadas e marcou definitivamente a extensão geográfica do Brasil rumo a oeste, além de ter definido povoados e caminhos que viriam dar o sustentáculo ao mercado interno de longa distância. Em poucas décadas emergiu uma urbanização de magnitude desconhecida até então na Colônia.

Ano a ano aportavam no Brasil entre 8 a 10 mil portugueses. Em 1710, Antonil estimara que, entre brancos, negros e mestiços, Minas já teria 30 mil habitantes enfiados nas grotas, barrancos, matos, córregos e casebres que a mineração fazia brotar. Em 60 anos essa população, incluindo mortos, sobreviventes, imigrantes e emigrantes, pode ter alcançado 600 mil pessoas segundo alguns autores. A estimativa de José Joaquim da Rocha de 1776 contabilizou 319.769 indivíduos em seu prosaico *Mapa dos habitantes atuais da Capitania de Minas Gerais e dos nascidos e falecidos* (Rocha, 1995, p. 182).

Em Minas Gerais houve dependência de gêneros de abastecimento importados e desincentivos à instalação de manufaturas, mas a crescente população forçava a expansão da agropecuária e da produção de artefatos utilizados na mineração. Em meados do século a dependência externa deixara de existir no que tange aos gêneros de consumo corrente, e deslocava-se para os artigos de luxo importados pelas cidades mais prósperas do ouro, onde a atividade comercial tornara-se mais lucrativa que a mineração. Moradores da capitania tinham um padrão de consumo europeu. Louças, especiarias, móveis e tecidos finos vinham das Índias. Da Europa, chegavam espelhos, tapeçarias, livros, instrumentos musicais, azeites, vinhos e jóias. Mulas e cavalos substituíam o escravo como principal meio de transporte de cargas e passageiros. O setor de serviços era igualmente dinâmico. Como já não havia terras de sobra nos centros urbanos e os melhores terrenos eram disputados literalmente a peso de ouro, surgiu a figura do corretor imobiliário. FIGUEIREDO (2011, p. 239).

Perto da metade do século, Minas contava com a maior população e o maior número de assentamentos densos da Colônia. As atuais Ouro Preto, Mariana, Sabará, Serro, Diamantina, São João Del Rei, Tiradentes, Caeté, Pitangui abrigavam sobrados, palácios, igrejas e chafarizes, obras de arte, mas também cadeias e câmaras, vendas, albergues, prostíbulos e casebres. Violência e conflitos de toda ordem, marcas típicas de qualquer cidade dinâmica da época, somavam-se ao fato de que a mobilidade social era alta. Havia um número expressivo de brancos e mulatos livres e forros ao lado da “incessante” expansão da compra de escravos¹³. A mestiçagem, a variedade étnica e os interesses da Coroa tanto motivavam disputas e ressentimentos quanto propiciava a multiplicação de meios de sobrevivência, atividades e ofícios inauditos.

É inquestionável que a imensa quantidade de pessoas que a capitania acumulou nos seus 100 primeiros anos de existência impactou definitivamente o futuro da grande colônia portuguesa. A despeito da tão anunciada crise da mineração desde fins do Dezoito, a população mineira não deixou de crescer. Nas proximidades da Independência respondia por cerca de 1/5 da população brasileira, com seus cerca de 500 mil habitantes (cf. Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte, v. 4,

¹³ Em fins do século XVIII, temia-se a revolta dos negros, já que o exemplo do Haiti amedrontava a elite escravocrata, especialmente diante dos inúmeros afrodescendentes e africanos que povoavam Minas Gerais: cerca de 190 mil, quase metade da população mineira, segundo Douglas Libby (1997). Enfim a maior população escrava existente no Novo Mundo, feito só ultrapassado no Dezenove com o advento da cafeicultura.

¹⁴ Várias cidades desapareceram ao longo da história mundial. Cidades ricas de vida social e econômica podem feneceer por fatores ambientais e econômicos, como ocorreu em cidades do passado como Babilônia, Cartago, Angkor, ou mesmo no Brasil, com a “débâcle” da cafeicultura do Vale do Paraíba e as cidades fantasmas descritas por Monteiro Lobato em seu livro de contos de 1919, intitulado *Cidades Mortas*. Mais contemporaneamente, catástrofes de diversos tipos resultam em abandono de cidades, como na Ucrânia após o vazamento de material radioativo de Chernobyl. Nos EUA, Detroit despovoou-se diante da crise de sua indústria automobilística.

¹⁵ Waldemar Barbosa, que deixou uma inestimável contribuição sobre a geo-história de Minas Gerais, talvez influenciado por ideias de sua época, também ajudou a difundir o mito da decadência irreversível da região. Diz ele: “Pelos sesmarias concedidas, percebe-se a fuga da mineração desde meados do século XVIII; por volta de 1742, o Vale do Paraopeba estava sendo povoado por gente de Vila Rica e de Itabira do Campo; alegavam, nos pedidos de sesmaria, que possuíam família, bastante escravatura, queriam plantar mantimentos e sair em diligência, a procura de terras devolutas e as localizaram no Paraopeba” (BARBOSA, 1971, p.23). O autor não considera devidamente os incentivos da Coroa, interessada em alargar as fronteiras para o oeste, combater os numerosos quilombos e quiçá encontrar novos veios de ouro e diamantes. Segundo o Conselho Nacional de Geografia, a desconcentração espacial e a ocupação de áreas de fronteira das Minas setecentista, para além do Paraopeba, envolveram outras sub-regiões do vale do São Francisco, especialmente em direção a Goiás. Servem de exemplo as localidades abaixo relacionadas que se tornaram municípios conhecidos na atualidade: Abaeté, Araújos, Arcos, Augusto de Lima, Bambuí, Barreiro Grande, Biquinhas, Bom Despacho, Buenópolis, Cedro de Abaeté, Conceição do Pará, Corinto, Córrego Danta, Curvelo, Dolores do Indaiá, Doloresópolis, Estrela

1899, p. 737). Essa proporção iria se ampliar para perto de ¼ do total brasileiro ao longo do século XIX com o boom da cafeicultura, conforme mostra o primeiro Censo de 1872.

Diante disso, não deveria causar surpresa o aumento da diversificação da economia mineira à medida que avançava a segunda metade do séc. XVIII, mesmo com o decreto de 1785 da rainha Maria I proibindo a produção manufatureira na região. As evidências dessa realidade só foram comprovadas nos últimos anos e eram desconhecidas pelos clássicos da historiografia brasileira. As descrições de alguns historiadores talvez tenham se inspirado na corrida do ouro no oeste americano, onde várias cidades se esvaziaram após o esgotamento da exploração minerária, o que consagrou ao termo *cidades-fantasmas*¹⁴.

Nas Minas do ouro a produção contabilizada oficialmente teria de declinar com o tempo, embora a quantidade de ouro obtida por recursos não mecanizados tenha alcançado níveis surpreendentes. Em fins de 1776, quando declinava a produção aurífera (de 100 arrobas em 1763 para 70 em 1777), há estimativas que indicam a presença de perto de 320 mil habitantes na Capitania. É evidente que, nesse momento, essa população não dependia tanto da mineração, embora a Coroa continuasse combatendo o contrabando, incentivando a exploração de novos territórios e pressionando pela manutenção das cotas dos quintos.

Após quase 70 anos de exploração mineral e formação de centenas de povoados de suporte à atividade, o ouro superficial na região central esgotava-se e com isso vários povoados foram de fato abandonados e muita gente desiste do garimpo, emigra ou dedica-se à agricultura e pecuária. Essas evidências confundiram vários estudiosos que disseminaram a ideia de decadência generalizada. Esses fatos, entretanto, não traduzem a realidade de grande parte da região central de Minas¹⁵. Nem a atividade mineradora desapareceu, nem a população evadiu-se às pressas, nem os principais núcleos urbanos se tornaram cidades-fantasmas, embora o declínio da atividade garimpeira e das próprias minas seja evidente na segunda metade do século XVIII. Áreas dos sertões do Oeste e Leste (vales dos rios Paraopeba, Grande, Doce e Jequitinhonha) foram sendo povoadas tanto por garimpeiros, escravos e homens livres de Vila Rica, São João Del Rei, Sabará e Itabira, quanto por novos contingentes de imigrantes procedentes da Bahia e Pernambuco¹⁶.

Nas Minas do Setecentos, houve sim uma dispersão demográfica para além da região central onde se desenvolvia a mineração, muito antes do alardeado colapso do ouro e diamantes. Os sertões do oeste tornaram-se notórios ainda na primeira metade do século, por abrigarem fazendas produtoras de gado, artigo muito demandado pelas zonas de mineração. Boa parte dessa região ganhou vida econômica, mas nunca produzindo elevadas densidades de povoamento em face de condições geográficas e de localização que as caracterizam até os dias de hoje¹⁷.

O declínio da mineração tornou-se objeto da atenção da Coroa e de estudiosos que mostraram que o esgotamento do ouro de aluvião era de se esperar, pois havia primitivos métodos de extração, falta de investimentos em novos procedimentos tecnológicos, desprezo pelo ouro de mina¹⁸ e carência de mão-de-obra qualificada.

Como já observado, a marcha para o Oeste iniciou-se cedo, ainda na primeira metade do século XVIII, em decorrência do ouro encontrado na região de Paracatu, Mato Grosso e Goiás. Mais tarde, o desbaratamento de quilombos do Alto São Francisco, nas proximidades de Formiga e Piumhi, serviu de pretexto para os estímulos à ocupação de extensos platôs propícios à criação de gado por gente “simpática” à administração colonial. Portugueses e brasileiros emigraram de Tamandua,

Abaeté do Indaiá, São Romão, Curvelo e principalmente de Pitangui para as áreas de fronteira do oeste. Os que tivessem algum gado e mão de obra escrava, poucas dívidas adquiriram sesmarias com facilidade. A criação de gado e agricultura de subsistência permitiram a fixação de uma população considerável nas proximidades do São Francisco, na frente de ocupação em direção a Goiás pelo Paracatu e Araxá, o que viabilizou o estabelecimento de entrepostos comerciais que deram origem a algumas cidades dependentes da atividade curraleira.

Com o reconhecimento pela Coroa do declínio do ouro em fins do século XVIII, finalmente surgem iniciativas governamentais voltadas à prospecção de novas lavras. A mecanização da produção começa a ser cogitada, atitude já recomendada há décadas. Com isso viajantes incumbidos de tarefas voltadas ao reconhecimento da região em bases científicas começam a chegar ao Brasil e descrições escritas e pictóricas se multiplicam, principalmente após a vinda da família real para o Rio de Janeiro. Os viajantes deixaram preciosos testemunhos sobre a região da mineração, mas exigir deles um distanciamento crítico não eurocentrista é tarefa impossível para a época. Algumas de suas descrições ao tecer comparações com cidades europeias são descabidas, assim como a falta de sensibilidade para as singularidades culturais que emergiram nas cidades do barroco mineiro. Vinham sempre com a expectativa de encontrar sinais de grandiosidade nas cidades do ouro e ao constatarem que o “boom” da mineração já tinha passado, a frustração levava-os a carregar nas tintas sombrias de suas descrições. Não perceberam que nas cidades do ouro o que impressionava eram os sobrados e prédios públicos numerosos, uma vez que a maioria de pobres sempre ocupou casebres insalubres provisórios, realidade social também presente na Europa da época. Vila Rica e São João Del Rey, por exemplo, se destacavam entre as cidades da região mineradora, embora a segunda estivesse ganhando mais projeção econômica que a primeira. O despreço por Vila Rica diante de São João fica evidente. Em São João Del Rei se faz vistas grossas à pobreza, pois o que “saltava” aos olhos era prosperidade, beleza e alegria.

Das cidades de Minas Gerais era Vila Rica a mais típica, mas São João Del Rei era a mais bonita, alegre e próspera, com seus 6.000 habitantes e suas feições habituais de vila portuguesa: igrejas bem caiadas, que aí subiam ao número de treze e arvoravam pretensões estéticas, ornadas de muitas pinturas bem executadas por artistas locais; casa do governo espaçosa; cadeia bem a vista; excelente Misericórdia sustentada mais que tudo pela caridade particular. Cidade de lojistas e funcionários, comercial e burocrática (pois que sua única indústria era a dos chapéus de abas largas, e a do distrito em redor alguns algodões baratos). São João d’El Rei (...) servia de entreposto mercantil, o mais considerável da província, no tempo da estada de Spix e Martius, recebendo para distribuição por uma área vastíssima do interior manufaturas inglesas, as quais depois da abertura dos portos foram diariamente ganhando terreno. (LIMA, 2006. p. 99).

Ao final do sec. XVIII, mesmo com a dura repressão aos inconfidentes e o abortamento do projeto da elite mineira de características libertárias, laicas, urbanas e industriais¹⁹, era por demais evidente a expansão territorial, o crescimento demográfico e a diversificação da economia. A importância de Minas Gerais²⁰ já fizera a Coroa transferir a capital de Salvador para a cidade do Rio de Janeiro em 1763. Uma nova geografia econômica estava em curso e mudaria definitivamente o país.

do Indaiá, Felixlândia, Iguatama, Inimutaba, Japaraíba, Joaquim Felício, Lagoa da Prata, Matutina, Medeiros, Morada Nova de Minas, Morro da Garça, Nova Serrana, Onça do Pitangui, Paineiras, Papagaio, Pequi, Perdígão, Pimenta, Pitangui, Piuí, Pompeu, Presidente Juscelino, Quartel Geral, Santa Rosa da Serra, Santo Antônio do Monte, Santo Hipólito, São Gonçalo do Abaeté, São Gotardo, São Roque de Minas, Serra da Saudade, Tapiraí, Tiros e Vargem Bonita. Para Waldemar de Almeida Barbosa, a maioria desses municípios é resultado da decadência das minas.

¹⁶ Evidências nesse sentido pode constatar em pesquisas de campo desenvolvidas no norte, nordeste e leste de Minas, regiões que ainda exibem testemunhos arquitetônicos e culturais dos séculos XVIII e XIX.

¹⁷ Mesmo com Brasília e o desenvolvimento do Centro Oeste, é nessas regiões, inseridas nas bacias do Alto-Médio e Médio São Francisco e do rio Grande, que as densidades demográficas são mais baixas e mais rala é a presença de cidades.

¹⁸ Eschwege, incrédulo com respeito ao esgotamento do ouro da Capitânia, criou a Sociedade Mineralógica (1819), para explorar a Mina da Passagem, entre Ouro Preto e Mariana. A exploração foi redinamizada por empresas inglesas como a Imperial Brazilian Mining Association em 1824, nas minas de Cata Preta, Congo Soco, Antônio Pereira e Serra do Socorro; e St. John d’El Rey Mining Limited (1830) na mina Morro Velho.

¹⁹ Tal projeto, aqui resumido em 13 pontos, destacava como integrantes do novo estado independente: (1) regime republicano, com capital em São João d’El Rey; (2) casa da moeda e câmbio fixo; (3) dissolução do distrito diamantífero em Serro do Frio; (4) manufaturas e estímulo a exploração do minério de ferro; (5) fábrica de pólvora; (6) libertação dos escravos; (7) universidade em Vila Rica; (8) recolhimento de dizimos pela Igreja, condicionado à manutenção de professores, hospitais e casas de caridade; (9) prêmio à procriação; (10) desconstituição do

O século XIX e o incremento da urbanização

O século XIX não leva o Brasil a instaurar um novo tipo de sociedade de perfil urbano-industrial, ou mesmo urbano-mercantil, a despeito do avanço do mercantilismo e das incipientes e isoladas tentativas de promoção da produção fabril. A predominância da economia agrícola e de atividades extrativistas no vasto território não se assemelhava, nem de longe, à experiência secular da Inglaterra anterior ao industrialismo, onde dominava a agricultura capitalista que necessitava de centros urbanos relativamente dinâmicos. No Brasil, a urbanização viria arrefecer-se com a supremacia dos cafeicultores a partir de 1830, porque não injetavam recursos significativos nas cidades, já que a autossuficiência foi uma característica que acompanhou a atividade por décadas. A cafeicultura foi capaz de produzir sedes suntuosas de fazendas e estradas para escoamento da produção, mas que rapidamente entravam em desuso em face do desgaste dos solos e da migração da atividade para a fronteira aberta do sudoeste brasileiro ainda escassamente povoado em fins do Dezenove.

Antes disso, no início do séc. XIX, um evento inusitado introduziria profundas mudanças na vida da grande colônia portuguesa. A vinda da família real em 1808, além de impactar demograficamente a ainda modesta cidade do Rio de Janeiro – com a chegada de cerca de 15 mil pessoas que formavam o séquito da corte – significou também transformar repentinamente a cidade em capital de um vasto império. Paralelamente, como contrapartida à proteção britânica aos navios em fuga da frota real, ampliou-se em muito a influência inglesa após a abertura dos portos em 1808.

As ações do príncipe regente e as necessidades da corte tumultuaram a vida de cerca de 50 mil residentes da modesta capital nos primeiros anos, mas trouxe uma série de obras de melhoramento urbano, que em curto espaço de tempo renovaram a imagem da cidade. Simultaneamente, um florescente comércio de importação e exportações desenvolve-se e surge uma série de novas atividades econômicas e culturais no restrito espaço geográfico espremido entre a baía da Guanabara, a serra do Mar, pântanos e florestas. Em 1817, menos de 10 anos da chegada da corte, as estimativas indicam que a cidade mais que dobrara seu tamanho ao atingir a marca de mais de 110 mil habitantes.

A administração exigiu a acomodação de um numeroso corpo burocrático, que agregava o alto clero, militares e muita gente que compunha a fidalguia parasita devotada ao príncipe regente e às novidades que vinham da Inglaterra. Os ingleses, por sua vez, gradativamente submetem d. João VI a exigências abusivas por meio de transações comerciais e financeiras privilegiadas. A abertura dos portos, por exemplo, requeria o pagamento de taxas alfandegárias de 24% dos navios que aportavam no Brasil. Essa regra deixa de ser aplicada aos súditos da Coroa britânica em 1810, por força de acordos que praticamente estabeleceram relações de exclusividade comercial com a Inglaterra: tarifas preferenciais, inferiores inclusive à taxa de 16% relativa aos produtos importados de Portugal. Isso deprimia a própria economia da colônia, impedida de concorrer com as mercadorias inglesas e teria provocado a prostração do comércio em cidades que vinham experimentando dinamismo nas relações comerciais com o Rio de Janeiro.

Na discussão da urbanização brasileira no passado, parece fora de dúvida que a cidade do Rio de Janeiro estava predestinada a se tornar a única grande cidade do país, a ponto de rivalizar-se em tamanho com outros grandes centros urbanos das Américas. As inovações introduzidas na cidade a distinguiram como primeira a receber uma complexa e inédita estrutura administrativa, comercial e de serviços, abarcando as áreas de segurança militar, navegação, ensino superior, saúde, religião e imprensa, algo jamais experimentado por nenhuma outra cidade da Colônia, como a velha Salvador,

exército permanente, liberação do porte de arma aos cidadãos, integráveis à milícia nacional em situações de ameaça; (11) parlamento em cada cidade, subordinado a um principal na capital; (12) primeiro governo por três anos, presidido por Thomás Antônio Gonzaga, para organizar eleições anuais; (13) nacionalismo econômico para a gestão dos recursos, e substituição de importações dos produtos industrializados (MAXWELL, 1977, p. 152).

²⁰ Essa importância, apesar da alardeada decadência econômica e da mineração, fez surgir na Capitania entre 1710 e 1822, período de fortes restrições à criação de centros urbanos, as seguintes vilas, além da cidade de Nossa Senhora do Carmo (Mariana): Vila Rica de Albuquerque (Ouro Preto), Vila Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará - 1711; Vila de São João del Rei - 1713; Vila Nova da Rainha (Caeté) e Vila do Príncipe (Serro) - 1714; Vila de Nossa Senhora da Piedade de Pitangui - 1715; Vila de São José del-Rei (Tiradentes) - 1718; Vila das Minas Novas - 1730; Vila de São Bento do Tamanduá (Itapetecira) - 1789; Vila de Queluz (Conselheiro Lafaiete) - 1790; Vila de Barbacena - 1791; Vila da Campanha da Princesa da Beira (Campanha) e Vila de Paracatu do Príncipe - 1798; São Carlos do Jacuí e Santa Maria do Baependi (desmembradas de Campanha) - 1814 (COSTA, 2005, p. 16-17).

que ainda centralizava a economia açucareira, nem Vila Rica, São João Del Rey, Diamantina e Serro, núcleos importantes da economia mineradora. Sob d. João, o Rio de Janeiro se beneficiou com a instalação da primeira tipografia do Brasil, a partir da inauguração da Imprensa Régia e da circulação da Gazeta do Rio de Janeiro. A imprensa doravante ganharia projeção e logo passaria a influir nos rumos políticos do país, utilizando-se do efeito difusor do noticiário da Corte nas cidades do Rio de Janeiro, Salvador, Recife, entre outras.

As inovações tornavam-se visíveis nas ruas e residências do Rio. A velocidade das mudanças de hábitos e comportamentos extravagantes trazidos pelo aumento da influência inglesa, como nos novos modelos de veículos movidos a tração animal, é retratada pelos cronistas da época. O Rio de Janeiro torna-se mais do que capital do império português, adquire um valor simbólico inestimável em face dos fortes significados culturais que a realeza inspirava no imaginário das populações de ambos os lados do Atlântico. Como se não bastasse a atração peculiar que o rei e a corte protagonizavam, a economia carioca ganhou tamanho impulso que o resultado não foi outro senão o aumento crescente da centralização político-administrativa e um formidável incremento demográfico resultante da imigração de estrangeiros, nacionais e escravos clandestinos.

Lampejos de um pensamento liberal passaram a circular na vida da Colônia, por meio de ideias associadas ao progresso material, à construção de fábricas, estradas, navios e docas. Esse ideário ganha projeção, mas depara-se com enormes dificuldades financeiras e tributárias, em meio a crescentes gastos para a manutenção da corte e da máquina pública, o que mobilizava a atenção do príncipe regente para a recuperação do setor mineral, ao procurar atrair técnicos estrangeiros e estimular a metalurgia. A modernização parecia indicar que indústria e urbanização formariam um casamento promissor, afinal o exemplo inglês era muito vivo no Brasil, que parecia prestes a se tornar um Estado-nação independente.

Ciente dos efeitos multiplicadores da siderurgia sobre o resto da economia, d. João VI tratou de incentivar o setor. Para isso incumbiu Luiz Guilherme de Varnhagen de estabelecer a Real Fábrica de São João de Ipanema em Sorocaba/SP em 1809. No período *joanino*, na região central de Minas instalaram-se três unidades siderúrgicas: *i*) a Real Fábrica de Ferro, ou Fábrica do Rei, estabelecida nas proximidades do Arraial do Morro do Pilar (município de Gaspar Soares) em 1808, que chegou a produzir 6.863 arrobas de ferro entre 1815 e 1821; *ii*) a Usina Patriótica, em Congonhas, resultante da iniciativa do engenheiro Wilhelm Ludwig Von Eschwege ²¹, que introduziu a partida de ferro líquido de qualidade industrial; *iii*) e o empreendimento do francês Jean Antoine Felix Dissandes de Monlevade, que implantou na atual Rio Piracicaba uma forja (1825) para a produção de ferro ²².

Outro pioneiro da modernização de Minas Gerais no século XIX, Teóphilo Otoni, foi adepto do pensamento liberal e defensor de projetos de colonização planejada, como o que levou a cabo no Vale do Mucuri, mediante esforços desmedidos, liderança e carisma. Fundou o núcleo urbano de Filadelfia, hoje Teófilo Otoni, tornou-se um parlamentar de projeção no 2º Império, mas colheu decepções e frustrações, talvez por situar-se em um “mundo” distante do Brasil monárquico escravista e patrimonialista do século XIX.

²¹ Coube ao Barão de Eschwege fabricar pela primeira vez no Brasil ferro líquido, em 1812, nos baixos fornos por ele erigidos na pequena fábrica Patriótica, nas proximidades de Congonhas do Campo. Já Manoel Ferreira da Câmara pela primeira vez produziu ferro gusa em alto forno, em 1814, fato só repetido por Varnhagen, em Ipanema, em fins de 1818. (SOUZA, 1985, p. 34).

²² A linha de produção da usina de Monlevade em Rio Piracicaba produzia: enxadas, foices, machados, alavancas, pás, ferraduras, cravos, martelos, freios para animais, moendas para engenhos de cana, etc. Seu encantamento com as condições da Capitania de Minas Gerais se revelam no texto em que afirma o “futuro grandioso desta terra, (...) não está no ouro, nos diamantes, mas sim no ferro”. (MONLEVADE, em relatório de 1853 ao governador da Província, apud SOUZA, 1985, p. 36).

Antiurbanismo ou urbanização atípica sob o mercantilismo escravocrata da Colônia?

Para vários autores, o antiurbanismo característico do processo de colonização teria tido uma inflexão com a instalação da corte no Rio de Janeiro. As iniciativas de d. João teriam abalado a velha ordem patriarcal rural e um novo processo começaria a estabelecer os pilares de uma economia capitalista fundada no trabalho escravo. Essa tese é discutível e deveria merecer mais investimento teórico e empírico para, tanto relativizar, como vimos sugerindo, o postulado do antiurbanismo, quanto para reafirmar a continuidade agro-fundiária na produção de riquezas no século XIX, mas justaposta à crescente importância das cidades e dos grandes comerciantes, particularmente os donos de estaleiros e controladores do tráfico internacional. Tratava-se de uma urbanização atípica, não apoiada por intensas relações de trocas comerciais, nem por muitas cidades prósperas, tampouco pela industrialização inscrita em um Estado liberal burguês clássico. As cidades faziam parte de uma estrutura de poder colonial patriarcal coercitivo e patrimonialista, constituíam assim nucleações relativamente densas integrantes de uma rede de cidades, onde se expandiam a circulação, o poder estatal e a população de moradores livres, forros e escravos.

Gilberto Freyre afirma que a ordem rural da Casa Grande e Senzala abatia-se desde os tempos da mineração e, mais ainda após as inovações introduzidas pela corte no Brasil, como se uma nova sociedade estivesse emergindo em substituição àquela.

Com a chegada de D. João VI ao Rio de Janeiro, o patriarcado rural que se consolidara nas casas grandes de engenho e de fazenda (...) começou a perder a majestade dos tempos coloniais. Majestade que a descoberta das minas vinha comprometendo. (...). O Brasil [tornava-se] a melhor colônia de Portugal – sobretudo do Portugal beato e pomposo de D. João V – e por isso mesmo a mais profundamente explorada, a vigiada com maior ciúme, a governada com mais rigor (...). A política econômica da metrópole portuguesa, a partir do século do século XVIII, foi a de deixar a grande lavoura um tanto de lado, colocando sob seu melhor favor as cidades e os homens de comércio, e até gente miúda encontraria continuador em D. João VI. (FREYRE, 2003, p. 120).

Com o deslocamento da realeza portuguesa para o Brasil, Freyre sublinha dois mundos em crescente antagonismo, o velho rural e o novo urbano. Para comprovar o declínio do patriarcado rural, o autor faz menção a uma crescente relação de dependência que se estabelece entre fazendeiros e comerciantes-financeiros estabelecidos no Rio de Janeiro, relação confirmada e detalhada por Caldeira (1999) em seu livro *Nação Mercantilista*. O financiamento da produção agrícola submetia muitos fazendeiros a empréstimos contraídos a altas taxas, mediante títulos hipotecários escorchantes, cujo vencimento implicava apreensão de patrimônio por banqueiros e comerciantes credores. Com a proliferação de bancos e agentes encarregados de cobrança de dívidas, os privilégios da oligarquia fundiária teriam sido postos em cheque, já que as dívidas “finalmente” passavam a ser honradas²³.

Adicionalmente, Freyre introduz uma evidência – bastante encontrada em clássicos da literatura nordestina do século XX – a propósito do destino dos filhos dos grandes proprietários, geralmente educados nas principais cidades, incapazes de tocar os negócios no campo, inclusive porque nutriam certo desprezo pelas atividades rurais. Acostumados à vida urbana e aos maneirismos franceses e ingleses preferiam se estabelecer como bacharéis ou na carreira política. O autor destaca as mudanças tecnológicas e comportamentais que o país viveu após 1808, as quais sinalizavam para a emergência

²³ Freyre ressalta que os “engenhos, lugares santos de onde outrora ninguém se aproximava senão na ponta dos pés para pedir alguma coisa (...) deram para ser invadidos por agentes de cobrança de uma instituição arrogante da cidade – o banco – quase tão desprestigiadora da majestade das casas-grandes quanto a política do conde de Assumar, em Minas, ou a do Presidente Chicorro da Gama, em Pernambuco”. (FREYRE, 2003, p. 121).

de uma sociedade urbana que tinha o Rio de Janeiro como principal protagonista, mas também outras capitais como Recife e Salvador. A despeito da evolução mais lenta de novas obras após a saída da Corte, os serviços urbanos se modernizavam a partir de certa aristocratização da “rua”: antes, tomada por escravos, mascates e crianças que faziam de tudo, agora, com novos habitantes que passam a contar com algum saneamento básico, calçamento, iluminação noturna, transporte coletivo, fábricas de bens de consumo corrente e diversas atividades ocupadas por imigrantes estrangeiros de múltipla procedência²⁴.

Como se apresenta o Brasil nos anos próximos da Independência? Apesar dos impactos decorrentes da saída da corte em 1821 e do assalto ao erário perpetrado por d. João VI, o Rio de Janeiro mantinha-se muito relevante econômica e politicamente, mesmo com as conseqüências resultantes da revolução de 1822, das mudanças constitucionais associadas ao comportamento errático de d. Pedro I, do aumento da centralização política, das dívidas assumidas para com Portugal e Inglaterra, da erupção de revoltas e rebeliões no Rio, Norte e Nordeste, das reações e enfrentamento dos portugueses ricos entrincheirados nas principais cidades (Rio de Janeiro, Salvador e Recife) e do empobrecimento e falta de perspectivas nos anos turbulentos do período 1821-1831.

O processo histórico que resultou na independência certamente não se restringe ou se esgota em 1822. A degradação das estruturas coloniais vinha se manifestando desde fins do século XVIII e atingiam as câmaras, a corporação militar, o clero e a população, o que fez aumentar as insatisfações da elite e do povo em várias províncias que tentaram se separar do Brasil e abraçar a causa republicana²⁵.

As rebeliões e os surtos emancipacionistas tiveram como palco as principais cidades e vilas do Brasil colonial, e os exemplos de Minas, Bahia e Pernambuco ainda calavam fundo na memória da elite política encastelada no Rio de Janeiro. O período em que a Corte aqui se instalou talvez tenha arrefecido os ânimos independentistas diante do aumento extraordinário da importância do Brasil frente ao resto do mundo, mas isso não poderia durar muito tempo em face das revoluções que percorriam a América Latina. D. João, ao ter que deixar o país, sabia que a restauração de antigas relações coloniais seria praticamente inviável, daí a orientação deixada ao filho Pedro visando à preservação da monarquia e da influência portuguesa no Brasil.

Contudo, diante da insatisfação das províncias, decepções com o governo imperial, carestia, escassez de alimentos, empobrecimento das cidades, abandono e piora das condições de vida dos milhares de moradores dos cortiços – já que a Independência desestabilizara uma série de relações econômicas e políticas que articulavam pobreza e riqueza urbana e rural – surge um cenário de crise e revoltas que irá se alastrar pelo país por muitos anos, só declinando com o golpe da maioria em 1840.

Enfim, com a intensificação da urbanização e o aumento das densidades demográficas e imobiliária surgiram cenários de pobreza, enfermidades e sub-habitação similares aos descritos por Engels na Inglaterra do século XIX. Aqui, além das patologias típicas dos aglomerados humanos sem esgotamento sanitário e destinação adequada do lixo, ocorriam doenças sexualmente transmissíveis como a sífilis, tifo, peste bubônica e doenças tropicais a exemplo da febre amarela e malária. Freyre (2003, p. 274) ressalta os déficits de gêneros alimentícios diante do aumento das populações urbanas, da inflação e do agravamento dos surtos de doença e de pobreza. Ganha destaque o problema da habitação e o surgimento dos primeiros cortiços nas cidades de Recife e Rio de Janeiro, ocupados por um número excessivo de moradores em “sobrados estreitíssimos” que abrigavam até oito pessoas

²⁴ “Dentro das cidades, fábricas fabricando o sabão, a vela, o pano que outrora só se fabricavam em casa nos engenhos, vagarosa e patriarcalmente. Estrangeiros de procedências e ofícios diversos – marceneiros, cabeleireiros, químicos, funileiros, ferreiros, modistas, fabricantes de queijo – estabeleceram-se com oficinas, fundições, lojas”. (FREYRE, 2003, p.126).

²⁵ A coleção *O Brasil Imperial*, lançada em 2009, particularmente em seus volumes 2 e 3, expõe vários capítulos com resultados de pesquisas recentes abordando o período. Os textos de Ricardo Salles, Keila Grinberg (organizadores), Marcelo Basile, Marcus J. M. de Carvalho, Jaime Rodrigues e Hebe Mattos servem de exemplo, pois analisam a crise da escravidão frente à questões como movimentos sociais, revoltas provinciais, tráfico, raça, cidadania, política, relatos e experiências da época.

em um só quarto. Ampliavam-se os contrastes com os mais ricos que passam a morar em casas de campo e os mais pobres (soldados, marinheiros, prostitutas, operários, artífices, pequenos funcionários e comerciantes) que ocupavam áreas deterioradas e semiabandonadas. Freyre expõe essa realidade do último quartel do século XIX utilizando-se inclusive de estatísticas produzidas à época²⁶.

À guisa de conclusão

Esse texto procurou, basicamente, rediscutir a tese do “antiurbanismo” no Brasil colonial, tese defendida ou indiretamente implícita em textos clássicos da historiografia brasileira formulados por autores como Caio Prado Junior, Sérgio Buarque de Holanda e Celso Furtado. Outros estudiosos, mesmo que mais sensíveis aos territórios urbanos e aos novos espaços que faziam parte da formação histórica do Brasil, foram reticentes ou pouco enfáticos quanto às características das cidades do Brasil colonial, a exemplo de Goulart Reis Filho, Waldemar Barbosa ou Gilberto Freyre. Muitos novos estudos e pesquisas procuram explicitar com mais precisão a importância dos lugares, regiões e rede de cidades na formação geo-histórica do país. Infelizmente esses estudos não puderam ser esmiuçados nesse breve ensaio, dado o seu caráter exploratório e as limitações de tamanho exigidas pelos periódicos.

Aqui, foi relevante por em destaque as iniciativas de povoamento com base em nucleações relativamente densas como ferramenta de defesa do grande território português ainda no século XVI, momento em que foram criadas as primeiras cidades e vilas na região Nordeste. No século XVII, após o fim da União Ibérica e a expulsão dos holandeses, a iniciativa de povoamento e busca de metais preciosos foi retomada, juntamente com a necessidade de manter o controle sobre as frentes de desbravamento e de interiorização, o que novamente trazia à tona a questão dos espaços (densos) de instalação do poder do estado colonial, sustentado por grupos que apoiavam, de alguma forma, os projetos da Coroa, o que incluía bandeirantes, sesmeiros, clérigos, administradores e comerciantes. Ao final do século e principalmente ao longo do século XVIII, os objetivos da Coroa alcançaram êxito e trouxeram ao mundo uma nova região de vasta riqueza apoiada no ouro, diamantes, comércio, pecuária, produção de gêneros agrícolas, mas também em farta escravaria e em uma impressionante população branca e mestiça que viria requerer moradias e infraestruturas materiais só existentes em cidades. Isso eclodiu em Minas Gerais e mudou definitivamente o país, preparando o caminho da Independência, favorecendo inclusive o traslado da família real e da corte para o Rio de Janeiro em 1808, a despeito da sombra ameaçadora de Napoleão.

Os estudos sobre a urbanização e rede de cidades das Minas Setecentistas tornaram-se numerosos e ficaram conhecidos no resto do país nos últimos 30 anos, embora esse eixo temático não figurasse devidamente nos clássicos da literatura, mesmo com a presença de Gilberto Freyre em seu clássico *Sobrados e Mucambos*, quando alude à urbanização como sucedâneo do “mundo” patriarcal nordestino aferrado à lógica da *Casa Grande e Senzala*.

De fato, com o período joanino e com a Independência, a urbanização ganhou mais desenvolvimento, sobretudo a favor do Rio de Janeiro e de sua hinterlândia, não obstante a inação do segundo Pedro no seu longo reinado, enredado pelos interesses agro-fundiários da oligarquia cafeeira e dos chefetes políticos regionais. O processo de urbanização se expandiu em várias direções do país, em meio aos múltiplos significados teóricos e práticos impostos pelas amarras financeiras ao capitalismo inglês, pela tardia abolição do tráfico negreiro, pela política de eugeniação e de

²⁶ “A urbanização se foi fazendo, entretanto, em sentido vertical, naquelas cidades de topografia mais difícil para o transbordamento da população (...). No Recife, por exemplo, (...) os sobrados de três andares tornaram-se comuns”. (FREIRE, 2003, p.306). “Estabeleceram-se desde então contrastes violentos de espaço dentro da área urbana e suburbana: o sobrado ou a chácara, grande e isolada, no alto ou dominando espaços enormes; e as aldeias de mucambos e cortiços de palhoças embaixo (...). Isto nas cidades de altos e baixos como o Rio de Janeiro e a capital da Bahia. (...) O certo é que no Rio de Janeiro, com padres, frades e os ricos, donos de verdadeiras fazendas dentro da cidade, e as populações pobres forçadas a habitarem pequenos espaços de terra desprezíveis, os cortiços desenvolveram-se de tal modo a ponto de em 1869 existirem 642, com 9.671 quartos habitados por 21.929 pessoas: 13.555 homens e 8.374 mulheres; 16.852 adultos e 5.077 menores. A porcentagem dos cortiços era de 3,10% e a de sua população de 9,65%, elevando-se em 1888 a 3,96% e 11,72%”. (FREIRE, 2003, p. 300).

atração de imigrantes europeus e pela degradação das condições de vida do trabalhador escravo e livre. A verticalização predial das principais cidades brasileiras e o encorticiamento crescente de velhos sobrados e de novas edificações alugadas aos pobres do Rio de Janeiro, Salvador e Recife são descritas por vários estudiosos.

Por fim, convém ressaltar, que esse ensaio dialoga com uma frente de pesquisa recente e promissora, embora encerre dificuldades não triviais por requisitar interpretações de dados, relatórios e mapas antigos, rastreamento de informações de fontes variadas sobre vilas, arraiais, cidades e povoados do passado, o que sugere certa atitude transdisciplinar em relação a conceitos, metodologias e determinado tipo de evidênciação empírica só passível de ser obtida mediante novos recursos computacionais, pessoal treinado e sensível à problemática aqui discutida.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, F. E. *A invenção das Minas Gerais: empresas descobrimentos e entradas nos sertões do ouro da América Portuguesa*. Belo Horizonte: Autêntica Editora e Editora PUC-Minas, 2008.
- ANDRADE, Manuel C. *A questão do território no Brasil*. São Paulo-Recife: Hucitec, 1995.
- ANTONIL, A. J. *Cultura e opulência do Brasil, por suas drogas e minas*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982.
- BARBOSA, Waldemar de Almeida. *A decadência das minas e a fuga da mineração*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros/UFMG, 1971.
- BUENO, Eduardo. *Brasil: uma História; a incrível saga de um país*. São Paulo: Ática, 2004.
- CALDEIRA, Jorge. *A nação mercantilista: Ensaio sobre o Brasil*. São Paulo: Ed. 34, 1999. 416 p.
- COSTA, Antonio Gilberto. *Os caminhos do Ouro e a Estrada Real*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- ESCHWEGE, W. L. *V. Pluto brasiliensis*. Belo Horizonte: Itatiaia. São Paulo: Edusp, 1979.
- FIGUEIREDO, Lucas. *Boa ventura! A corrida do ouro no Brasil (1697-1810)*. São Paulo. Rio de Janeiro: Editora Record, 2011.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. São Paulo: Editora Global, 2003.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1986.
- HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1978.
- LIMA JUNIOR, Augusto de. *A Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978.
- MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa; a Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana no Brasil; 1500-1720*. São Paulo: Editora Pioneira, 1968.
- REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Belo Horizonte, v. 4, 1899, p. 737
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro; a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SALLES, Ricardo e GRINBERG, Keila. (org). *O Brasil imperial; 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2009.
- SOUZA, I. L. C. *A independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 1985.